



**Direito Educativo, Igualdade E Equidade, Políticas Públicas
Educativas E Educação De Tempo Integral: Um Estudo Das
Produções Acadêmicas**

**Educational Law, Equality and Equity, Public Educational
Policies and Full-Time Education: A Study of Academic
Productions**

**Derecho Educativo, Igualdad y Equidad, Políticas Públicas
Educativas y Educación de Tiempo Completo: Un Estudio de
Producciones Académicas**

Iarana de Castro Gigoski

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Endereço: Av. Sete de Setembro, 1621, Fátima, Erechim - RS, Brasil,

CEP: 99709-910

E-mail: idecastrogigoski@gmail.com

Luci Mary Duso Pacheco

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Endereço: Av. Sete de Setembro, 1621, Fátima, Erechim - RS, Brasil,

CEP: 99709-910

E-mail: luci@uri.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica disponível no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que aborda o Direito Educativo, o acesso à escola e os princípios da igualdade e equidade, a fim de contribuir para o avanço dos debates sobre o tema. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica do tipo Estado do Conhecimento, com recorte temporal de 2014 a 2024, utilizando os descritores: “Direito Educativo”, “Igualdade e Equidade”, “Políticas Públicas Educativas” e “Educação de tempo integral”. A investigação seguiu rigoroso protocolo metodológico com refinamento por filtros como nível acadêmico, área de concentração e região geográfica das produções. Os resultados apontam que, apesar de haver produções significativas sobre políticas públicas educacionais, há escassez de estudos que articulem diretamente os princípios da equidade e da igualdade à efetivação do Direito Educativo. O descritor “Direito Educativo” demonstrou crescimento recente, mas ainda restrito, e o descritor “Igualdade e Equidade” apresentou número extremamente reduzido de trabalhos na área da educação. Conclui-se que o campo ainda carece de investigações que discutam o Direito Educativo de forma ampliada, indo além do acesso à escola, e que incorporem com maior



densidade analítica os princípios da equidade e da educação de tempo integral como fundamentos para políticas públicas educacionais justas e inclusivas.

Palavras-chave: direito educativo, igualdade e equidade, políticas públicas educacionais, educação de tempo integral.

ABSTRACT

This article aims to map and analyze the academic literature available in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) that addresses Educational Law, access to school, and the principles of equality and equity, in order to contribute to the advancement of debates on this topic. To this end, a State of Knowledge bibliographical research was conducted, covering the period 2014 to 2024, using the descriptors: "Educational Law," "Equality and Equity," "Public Educational Policies," and "Full-Time Education." The research followed a rigorous methodological protocol, refined by filters such as academic level, area of concentration, and geographic region of production. The results indicate that, although there is significant literature on educational public policies, there is a scarcity of studies that directly link the principles of equity and equality to the implementation of Educational Law. The descriptor "Educational Law" showed recent, but still limited, growth, and the descriptor "Equality and Equity" showed an extremely small number of studies in the field of education. The conclusion is that the field still lacks research that discusses Educational Law in a broader sense, going beyond access to school, and that incorporates with greater analytical depth the principles of equity and full-time education as foundations for fair and inclusive public education policies.

Keywords: educational law, equality and equity, public educational policies, full-time education.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo mapear y analizar la literatura académica disponible en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES) que aborda el Derecho Educativo, el acceso a la escuela y los principios de igualdad y equidad, con el fin de contribuir al avance de los debates sobre este tema. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica del Estado del Conocimiento, que abarcó el período de 2014 a 2024, utilizando los descriptores: «Derecho Educativo», «Igualdad y Equidad», «Políticas Públicas Educativas» y «Educación a Tiempo Completo». La investigación siguió un riguroso protocolo metodológico, refinado mediante filtros como el nivel académico, el área de concentración y la región geográfica de producción. Los resultados indican que, si bien existe una literatura significativa sobre políticas públicas educativas, hay escasez de estudios que vinculen directamente los principios de equidad y equidad con la implementación del Derecho Educativo. El descriptor "Derecho Educativo" mostró un crecimiento reciente, pero aún limitado, y el descriptor "Igualdad y Equidad" mostró un número extremadamente reducido de estudios en el campo de la educación. La



conclusión es que el campo aún carece de investigación que aborde el Derecho Educativo en un sentido más amplio, que trascienda el acceso a la escuela, y que incorpore con mayor profundidad analítica los principios de equidad y educación a tiempo completo como fundamento de políticas educativas públicas justas e inclusivas.

Palabras clave: derecho educativo, igualdad y equidad, políticas públicas educativas, educación de tiempo completo.

1 INTRODUÇÃO

A educação ocupa um lugar central nas discussões sobre os direitos humanos e sociais, sendo reconhecida como um direito fundamental e indispensável para a promoção da dignidade, da cidadania e da justiça social. No Brasil, embora o direito à educação esteja formalmente garantido na Constituição Federal de 1988 (CF/88), assim como em diversos marcos legais e políticas públicas, persistem desafios significativos em sua efetivação, principalmente quando se trata da articulação entre igualdade e equidade no interior das instituições escolares. Essa problemática se acentua no contexto das escolas públicas de tempo integral, que, a despeito de seu potencial de promover a educação de tempo integral, frequentemente enfrentam dificuldades para garantir condições efetivas de inclusão, qualidade e justiça educacional.

É nesse cenário que emerge a proposta de análise a partir da perspectiva do Direito Educativo. Este conceito, ainda em desenvolvimento no campo educacional, busca integrar os saberes do Direito e da Educação, compreendendo a escola como um espaço no qual se efetivam (ou não) os direitos educacionais. Assim, pensar o Direito Educativo vai além do reconhecimento do acesso à escola como direito; implica analisar se, uma vez no interior da instituição, o sujeito tem garantidas as condições para uma aprendizagem significativa, respeitosa de sua singularidade e promotora de sua emancipação.

Nesse sentido, a presente pesquisa parte da premissa de que as políticas públicas educacionais devem estar fundamentadas nos princípios da igualdade



e da equidade, de modo a garantir a presença dos estudantes na escola, a qualidade e a relevância da formação oferecida. A igualdade, como princípio democrático, assegura que todos os sujeitos sejam tratados com imparcialidade diante da lei; já a equidade reconhece as desigualdades históricas, sociais, culturais e econômicas, demandando ações diferenciadas para que os sujeitos possam ter oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento. Assim, a conjunção desses princípios se torna essencial para a construção de uma escola pública efetivamente justa, democrática e inclusiva.

O objeto deste estudo, portanto, é o mapeamento e a análise da produção acadêmica que aborda o Direito Educativo, o acesso à escola e os princípios da igualdade e equidade, com foco na realidade das escolas públicas de tempo integral. Essa escolha se justifica pela necessidade de verificar como tais temas vêm sendo discutidos na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, especificamente no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A intenção é identificar os avanços, limites e possibilidades para o aprofundamento teórico e prático dessas discussões, com vistas a contribuir para a consolidação de um modelo educacional mais justo e efetivo.

Busca-se analisar, sob a perspectiva do Direito Educativo, como os princípios da igualdade e da equidade são compreendidos, normatizados e implementados nas políticas públicas e nas práticas escolares, com ênfase na realidade das escolas públicas de tempo integral, a fim de identificar limites, avanços e possibilidades para a efetivação de uma educação justa e igualitária. Nesse viés, o objetivo deste é mapear e analisar a produção acadêmica disponível no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES que aborda o Direito Educativo, o acesso à escola e os princípios da igualdade e equidade, a fim de contribuir para o avanço dos debates sobre o tema.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo é a pesquisa bibliográfica do tipo “Estado do Conhecimento”, cuja finalidade é identificar, organizar e sistematizar a produção científica existente sobre uma determinada temática, em um recorte temporal e espacial definido. De acordo com Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), o Estado do Conhecimento é um instrumento



importante para analisar o panorama das pesquisas já realizadas, detectar lacunas, indicar tendências e orientar novos estudos. Nessa perspectiva, foi realizada uma busca sistemática no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando como descritores as expressões: “Direito Educativo”, “Igualdade e Equidade”, “Políticas Públicas Educacionais” e “Educação de tempo integral”. O recorte temporal abrange o período de 2014 a 2024, com aplicação de filtros por grau acadêmico (mestrado e doutorado), área de concentração (Educação), região geográfica e tipo de instituição (federal, estadual ou privada).

A análise dos dados foi realizada em duas dimensões: quantitativa e qualitativa. A primeira buscou apresentar o número de produções encontradas para cada descritor, bem como sua distribuição por ano, região e instituição de origem. Já a análise qualitativa se concentrou nos resumos dos trabalhos selecionados, com ênfase na identificação das abordagens teóricas, metodológicas e temáticas presentes nas pesquisas. Essa etapa permitiu avaliar em que medida as produções dialogam com os pressupostos do Direito Educativo, com os princípios da igualdade e equidade e com as políticas públicas voltadas para a educação de tempo integral.

Os dados revelaram um campo ainda em consolidação, especialmente no que se refere ao descritor “Direito Educativo”, que, embora em crescimento nos últimos anos, ainda apresenta pouca articulação com os temas da equidade e da educação de tempo integral. O descritor “Igualdade e Equidade” demonstrou presença incipiente nas dissertações e teses voltadas à educação, indicando a necessidade de um aprofundamento teórico e empírico nessa direção. Já o descritor “Políticas Públicas Educacionais” apresentou volume expressivo de produções, embora nem sempre alinhadas à discussão dos direitos e da justiça educacional. Por fim, o descritor “Educação de Tempo Integral” apresentou presença relevante, com produções diretamente vinculadas à área da Educação, indicando um campo em expansão, embora ainda marcado por lacunas quanto à articulação com equidade e justiça educacional.

A estrutura do artigo foi organizada em quatro seções principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresenta-se o



referencial teórico-conceitual que fundamenta a análise, abordando os conceitos de Direito Educativo, igualdade, equidade, políticas públicas educacionais e educação de tempo integral. Na segunda seção, explicita-se a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa, com detalhamento dos descritores, recortes e filtros utilizados na busca nas plataformas. A terceira seção traz a análise quantitativa e qualitativa das produções encontradas, com apresentação de quadros, gráficos e categorização dos dados. Por fim, a quarta seção discute os achados à luz da literatura especializada, apontando os avanços, limitações e desafios para a efetivação de uma educação equitativa, integral e justa nas escolas públicas brasileiras.

Este estudo, ao sistematizar e refletir criticamente sobre o estado atual da produção acadêmica relacionada ao Direito Educativo e aos princípios da igualdade e equidade, pretende contribuir para o avanço do conhecimento na área da Educação, incentivando novos estudos e intervenções que promovam políticas públicas comprometidas com a justiça social e a transformação educacional. Ao dar visibilidade às lacunas e às potencialidades existentes, busca-se fomentar uma educação que, mais do que garantir o acesso, assegure permanência, aprendizagem significativa e desenvolvimento pleno para todos os sujeitos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa se fundamenta na articulação entre quatro eixos teóricos centrais: Direito Educativo, Igualdade e Equidade, Políticas Públicas Educacionais e Educação de Tempo Integral. Cada um desses descritores oferece subsídios para compreender os mecanismos pelos quais a educação pode se tornar, de fato, um direito exercido em sua plenitude, superando a concepção meramente formal de acesso.

O Direito Educativo constitui o eixo estruturante deste estudo, sendo compreendido como a interseção entre os campos da Educação e do Direito, ambos voltados à promoção da dignidade humana. Téllez e López (2020, p. 12)



caracterizam essa inter-relação como uma fusão que “pretende abonar conhecimentos ao esclarecimento de diversas pautas do desenvolvimento humano, destacando entre elas, a necessária cultura de paz”. Nesse sentido, o Direito Educativo transcende a garantia do acesso à escola, abrangendo a efetivação de condições de permanência, aprendizagem significativa e formação emancipatória. Ramírez (2020, p. 177) complementa essa perspectiva ao afirmar que a educação é um “proceso personal tendiente al conocimiento de un saber y a la adquisición de virtudes para afianzar la capacidad de decisión y acción”.

A partir dessa concepção ampliada, é possível compreender que o Direito Educativo, para além da dimensão legal, implica em uma abordagem crítica sobre o modo como as políticas públicas são elaboradas, implementadas e vivenciadas nas escolas. A garantia dos direitos educacionais, nesse contexto, exige práticas pedagógicas e institucionais que assegurem a equidade e respeitem as singularidades dos sujeitos.

Nesse sentido, os princípios da igualdade e da equidade se tornam indispensáveis para a análise. Embora muitas vezes tratados como sinônimos, esses conceitos possuem significados distintos. A igualdade está na base do ordenamento democrático, enquanto a equidade propõe a correção das desigualdades históricas e estruturais por meio de ações diferenciadas. Conforme Madureira (2014, p. 21), “o princípio da igualdade perante a lei não exige o tratamento igual de todas as situações, mas antes implica que sejam tratados igualmente os que se encontram em situações iguais e tratados desigualmente os que se encontram em situações desiguais”. Já Silva (2012, p. 79) reforça que “a equidade tem se apresentado como princípio de justificação das políticas públicas voltadas para a formação da cidadania”, tornando-se exigência da justiça social contemporânea.

Esses princípios fundamentam as políticas públicas educacionais, entendidas como instrumentos estratégicos de ação estatal voltados à promoção do bem comum. Segundo Dias e Matos (2012), a política, em sentido amplo, refere-se ao exercício do poder no contexto social, enquanto as políticas públicas são ações específicas voltadas à resolução de problemas coletivos. No campo



educacional, as políticas públicas assumem papel fundamental na construção de um sistema inclusivo, participativo e equitativo, conforme sublinha Neubauer (2015), ao afirmar que tais políticas englobam complexos sistemas nacionais de ensino, com jornadas escolares e currículos previamente delineados.

A efetividade dessas políticas, entretanto, depende da articulação com práticas escolares que promovam a educação de tempo integral. Tal formação não se limita à transmissão de conteúdos, mas visa ao desenvolvimento pleno do educando em suas dimensões cognitiva, ética, social e emocional. Para Libâneo (2013, p. 34), a escolarização deve proporcionar “um entendimento crítico da realidade [...] e desenvolver capacidades cognoscitivas” que possibilitem aos sujeitos sua inserção ativa nas lutas sociais. Assim, a educação de tempo integral é compreendida como uma estratégia estruturante das políticas públicas educacionais, com potencial para promover equidade, ampliar oportunidades de aprendizagem e contribuir para a construção de uma escola democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

Diante disso, o referencial teórico aqui adotado visa sustentar a análise da produção científica que aborda a efetivação desses princípios nas políticas públicas e práticas escolares. O objetivo é verificar como os conceitos de Direito Educativo, igualdade, equidade e educação de tempo integral têm sido tratados na pesquisa acadêmica brasileira, particularmente no contexto das escolas públicas de tempo integral.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa se baseia na abordagem bibliográfica, com ênfase no método denominado Estado do Conhecimento, cujo objetivo é identificar, sistematizar e refletir sobre a produção acadêmica existente em determinada área. Conforme Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021, p. 21), trata-se de um tipo de estudo que visa à “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”. Tal abordagem é



fundamental para aferir a relevância social e científica do tema investigado, bem como suas lacunas e potencialidades.

De acordo com as autoras, o Estado do Conhecimento permite que o pesquisador se distancie de seus pressupostos e crenças iniciais, conduzindo o fato social à condição de fato científico. Como destacam Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021, p. 25), a produção científica “deve ser conquistada sobre os pré-conceitos; construída pela razão e; verificada nos fatos”. Nesse sentido, o Estado do Conhecimento atua como uma etapa preliminar e como um processo contínuo de construção do conhecimento, fundamental para garantir a consistência teórica e a relevância da investigação.

Para a execução da pesquisa, foram definidos quatro descritores centrais: Direito Educativo, Igualdade e Equidade, Políticas Públicas Educacionais e Educação de Tempo Integral. A escolha desses termos foi orientada pelo objetivo de mapear e analisar produções que tratam da efetivação do direito à educação a partir de uma perspectiva ampliada, que ultrapasse o acesso formal e problematize a qualidade, a justiça e a integralidade do processo educativo.

As buscas foram realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, base de dado amplamente reconhecida. O recorte temporal adotado abrange o período de 2014 a 2024, com o intuito de captar as produções mais recentes e relevantes. Foram aplicados filtros específicos para refinar os resultados, considerando o tipo de trabalho (mestrado ou doutorado), a grande área do conhecimento (Ciências Humanas) e a área específica (Educação).

Utilizou-se uma estratégia combinada de pesquisa, variando a grafia dos descritores (maiúsculas, minúsculas e uso de aspas), o que permitiu observar a variação nos resultados e refinar a amostragem. Em seguida, aplicaram-se os filtros por área de concentração e nome do programa, restringindo a análise às produções mais próximas da temática central do estudo.

A etapa seguinte consistiu na análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados. A quantitativa buscou identificar o número de produções por descritor, ano, instituição e região geográfica, permitindo traçar um panorama geral da distribuição da produção acadêmica no Brasil. Já a análise qualitativa envolveu



a leitura dos resumos das dissertações e teses selecionadas, com o intuito de verificar em que medida os estudos abordam, de forma articulada, os princípios de igualdade e equidade, o direito educativo e a educação de tempo integral.

A metodologia proposta segue o roteiro sugerido por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), que compreende as etapas de bibliografia anotada, sistematizada, categorizada e propositiva. Essa sequência permite, segundo as autoras, organizar “grupos de sentidos comuns a grupos de publicações” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 85) e construir uma análise crítica a partir do cruzamento entre dados empíricos, referencial teórico e leitura autoral do pesquisador.

Por fim, o processo culmina na construção de um texto analítico, no qual se estabelecem aproximações e distanciamentos entre os achados da pesquisa e o projeto investigativo. Como enfatizam as autoras, esse é o momento em que o pesquisador “passa por seu momento autoral, eis que cada sujeito que escreve carrega em si diferentes vivências e pontos de vista sobre o mesmo assunto” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 85-86). Assim, a metodologia adotada estrutura a coleta e análise dos dados, e orienta a produção de conhecimento crítico e situado, comprometido com a transformação social por meio da educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise quantitativa e qualitativa da produção acadêmica selecionada foi realizada a partir de buscas sistemáticas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, abrangendo o período de 2014 a 2024. Utilizaram-se os descritores: “direito educativo”, “igualdade e equidade”, “políticas públicas educacionais” e “educação de tempo integral”. A partir dos dados obtidos, foram aplicados filtros para refinar os resultados com foco nas áreas de Ciências Humanas e Educação, limitando-se a dissertações de mestrado e teses de doutorado. Essa delimitação permitiu identificar as produções mais relevantes



para o escopo da presente investigação, cujo objetivo é analisar como os temas propostos têm sido tratados na pós-graduação *stricto sensu*.

Quadro 1. Resultados iniciais da pesquisa por descritor (2014–2024)

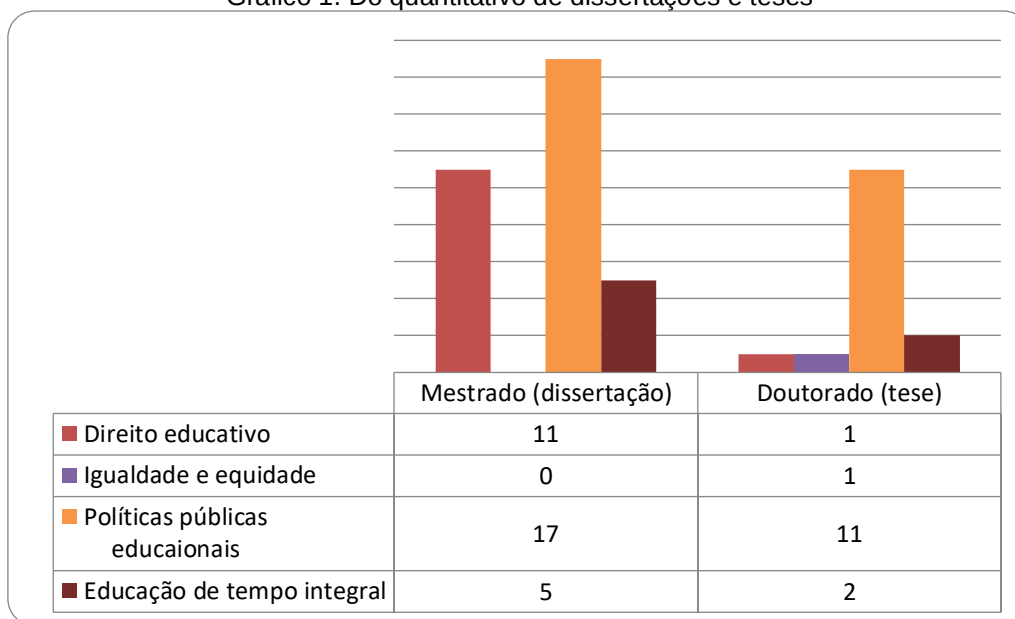
Descritor	Número de produções	Tipo de produção	Observações
Direito Educativo	12	Dissertações e Teses	Ênfase no direito de acesso; pouca abordagem da permanência e aprendizagem.
Igualdade e Equidade	1	Tese	Não relacionada diretamente ao campo educacional.
Políticas Públicas Educacionais	28	Dissertações e Teses	Maior número de produções; diversidade temática e metodológica.
Educação de Tempo Integral	7	Dissertações e Teses	Produções concentradas em políticas públicas; lacunas quanto à equidade e inclusão.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2024; 2025).

Conforme apresentado no Quadro 01, foram encontrados os seguintes quantitativos de trabalhos: “direito educativo” – 12 produções; “igualdade e equidade” – 1 produção; “políticas públicas educacionais” – 28 produções; “educação de tempo integral” – 7 produções. É importante ressaltar que esses números refletem a presença dos descritores nos títulos ou resumos das produções, não sendo possível afirmar, de imediato, a aderência temática de todas as obras ao escopo desta pesquisa. A seguir, são apresentados os dados quantitativos detalhados.



Gráfico 1. Do quantitativo de dissertações e teses



Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

O Gráfico 01 demonstra uma distribuição assimétrica entre os descritores analisados no recorte temporal de 2014 a 2024. Observa-se uma predominância expressiva das produções com o descritor “Políticas Públicas Educacionais”, evidenciando que esse é um campo consolidado de interesse nos programas de pós-graduação em Educação. Este resultado corrobora o entendimento de que as políticas públicas representam uma temática central no debate educacional contemporâneo, seja por seu impacto direto na organização escolar, seja pelas controvérsias em torno de sua implementação.

Por outro lado, o descritor “Direito Educativo”, ainda recente no vocabulário acadêmico brasileiro, aponta um crescimento contínuo a partir de 2018, sinalizando um campo emergente que começa a ganhar visibilidade, sobretudo nas investigações voltadas à garantia de acesso à educação e à justiça escolar. No entanto, o número reduzido de produções evidencia a necessidade de aprofundar o debate sobre a efetivação do Direito Educativo para além do ingresso na escola, incluindo questões como permanência, aprendizagem significativa e equidade.

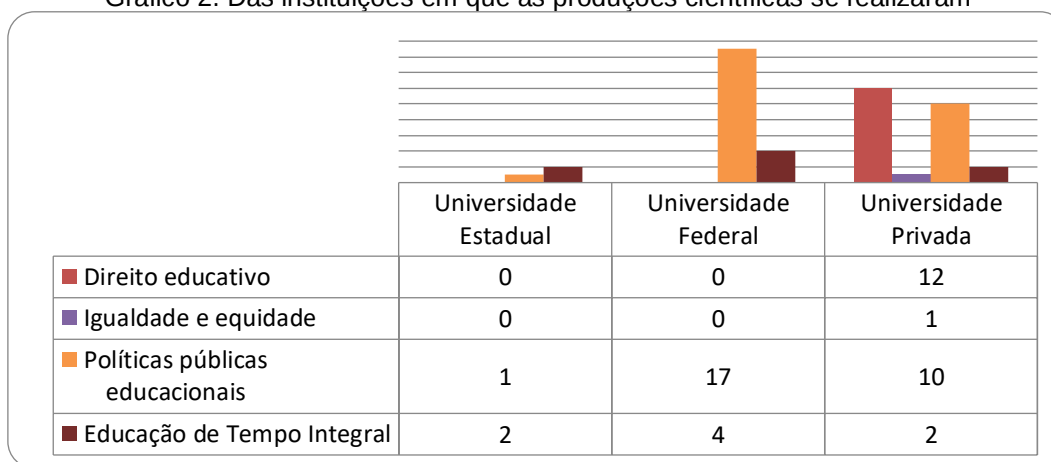
Já os descritores “Educação de Tempo Integral” e “Igualdade e Equidade” apresentam uma baixa incidência, revelando lacunas significativas na produção



acadêmica, especialmente no que tange à articulação entre tempo escolar ampliado e justiça educacional. O reduzido número de pesquisas com foco em igualdade e equidade é particularmente preocupante, tendo em vista que tais princípios são fundamentais para a concretização de políticas públicas comprometidas com a superação das desigualdades estruturais.

Em relação ao grau acadêmico, destaca-se que a maior parte dos trabalhos identificados corresponde a dissertações de mestrado, o que reflete a maior oferta de programas *stricto sensu* nessa modalidade no país. A presença de teses de doutorado, embora em menor número, indica que os temas vêm sendo explorados também em níveis mais avançados de formação acadêmica, o que pode contribuir para o amadurecimento teórico e metodológico das discussões.

Gráfico 2. Das instituições em que as produções científicas se realizaram



Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

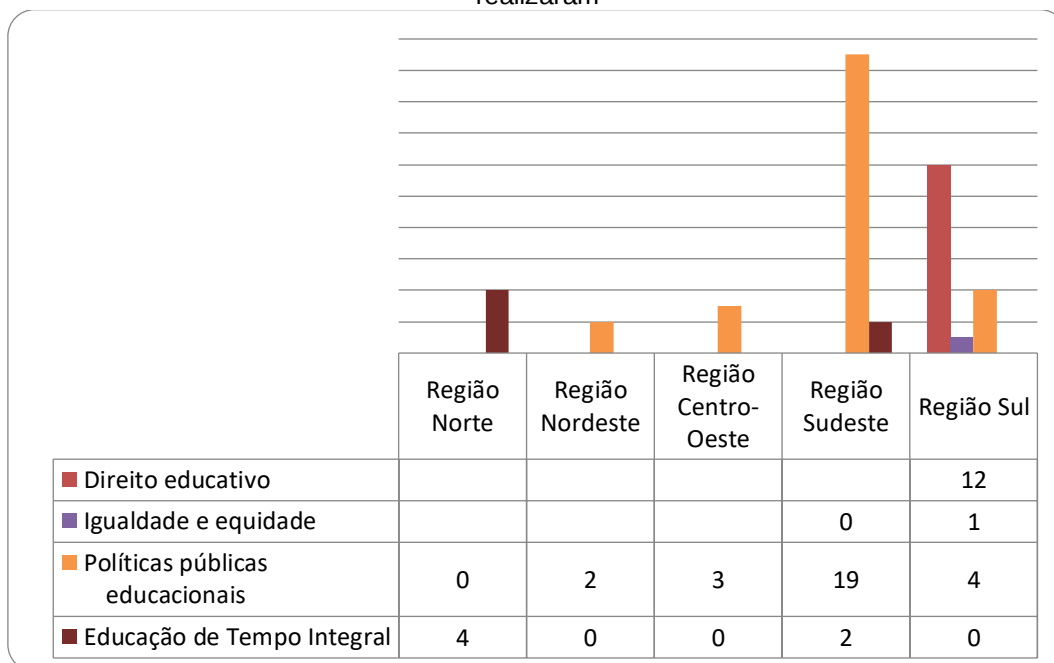
O Gráfico 02 apresenta a distribuição das produções acadêmicas por tipo de instituição de ensino superior. Os dados revelam que as universidades federais concentram a maior parte dos trabalhos relacionados ao descritor “Políticas Públicas Educacionais”, com 17 produções, seguidas pelas universidades privadas (10) e estaduais (1). No entanto, ao observar o descritor “Direito Educativo”, nota-se um dado relevante: todas as 12 produções foram desenvolvidas em universidades privadas, o que aponta para um perfil específico de investigação concentrado nesse segmento.



Já no que se refere ao descritor “Educação de Tempo Integral”, a produção está mais distribuída entre as três tipologias: universidades federais (4), estaduais (2) e privadas (2), o que sugere um interesse mais compartilhado entre as diferentes instituições. Por fim, o descritor “Igualdade e Equidade” aparece de forma marginal, com apenas uma produção, também vinculada à rede privada.

Esses dados indicam que, embora as universidades federais liderem em volume geral de pesquisas sobre políticas públicas educacionais, as universidades privadas têm contribuído significativamente para o debate sobre o Direito Educativo, ao passo que as estaduais apresentam participação mais tímida. O cenário evidencia a pluralidade institucional na produção de conhecimento, mas também ressalta assimetrias na distribuição dos temas investigados entre as diferentes redes de ensino superior.

Gráfico 3. Da Região de localização das instituições em que as produções científicas se realizaram



Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

O Gráfico 03 evidencia disparidades significativas na distribuição regional das produções acadêmicas. A Região Sudeste se destaca como principal polo



de produção científica, concentrando a maioria das pesquisas sobre “Políticas Públicas Educacionais” (19) e abrigando parte relevante das investigações sobre “Educação de Tempo Integral” (2). Em seguida, aparece a Região Sul, com destaque absoluto para o descritor “Direito Educativo” (12), além da única ocorrência relacionada a “Igualdade e Equidade”.

As demais regiões — Centro-Oeste, Nordeste e Norte — apresentam baixa representatividade, com números reduzidos e distribuídos de forma pontual. A Região Norte, por exemplo, contribui exclusivamente com trabalhos sobre “Educação de Tempo Integral” (4), enquanto o Nordeste e o Centro-Oeste somam juntos apenas cinco produções sobre políticas públicas educacionais.

Esse panorama revela forte concentração geográfica da produção acadêmica no eixo Sul-Sudeste, indicando que os centros mais estruturados de pesquisa seguem sendo os principais responsáveis pela formulação teórica sobre temas estratégicos da educação. Por outro lado, a baixa produção nas demais regiões sinaliza assimetrias no acesso à pesquisa, à pós-graduação e ao financiamento científico, exigindo políticas públicas mais equitativas que fomentem a produção de conhecimento em todo o território nacional.

Passando à análise qualitativa, iniciou-se pelo descritor “direito educativo”, que compreendeu 12 trabalhos.



Quadro 1. Produções acadêmicas com o descritor “Direito Educativo” (2014–2024)

Autor(a)/Ano	Título	Tipo/Nível
Quinto, Jeanice Rufino (2018)	Redes intelectuais: a atuação da RIIDE Brasil e México na promoção do Direito Educativo	Dissertação
Quinto, Jeanice Rufino (2023)	Redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo na pós-graduação <i>stricto sensu</i> : formadoras de capitais intelectuais?	Tese
Furtado, Rafael Masson (2021)	O direito à educação e à inclusão de alunos refugiados em uma escola estadual de Cuiabá/MT	Dissertação
Bando, Janaina Rossarolla (2021)	A inserção das formas consensuais de solução de conflitos pelas novas DCNs e sua contribuição para a emancipação social	Dissertação
Basso, Rochana (2021)	Políticas públicas e o direito à educação profissionalizante no sistema penitenciário do Rio Grande do Sul	Dissertação
Andrade, Claudete F. (2021)	Alfabetização de alunos com TEA: desafios da inclusão no município de São Luiz Gonzaga/RS	Dissertação
Jesus, Rodenil G. de (2021)	O papel das escolas do Legislativo na formação política e educação para cidadania	Dissertação
Barimarquer, Carine G. (2023)	Educação no campo: desafios e perspectivas para implementação de uma escola do campo	Dissertação
Ribeiro, Anete F. S. (2023)	Educação para a cidadania no Ensino Médio: o preparo dos jovens para o exercício do direito político ao voto	Dissertação
Soccol, Renan A. (2023)	Vagas na educação infantil de 0 a 3 anos como direito fundamental no município de Erechim/RS	Dissertação
Fontaniva, Luciana S. (2023)	Atuação do orientador educacional e a vivência do direito educativo	Dissertação
Gigoski, Iarana de C. (2019)	Mediação de conflito escolar: cultura de paz e possibilidade do direito educativo	Dissertação

Fonte: Elaboração da autora com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Consulta em setembro de 2024).

Destacam-se os estudos de Quinto (2018; 2023), os quais abordam, respectivamente, a atuação das Redes Intelectuais na promoção do Direito Educativo no Brasil e no México e o papel das redes colaborativas na formação de capital intelectual no campo educacional. Em sua dissertação, Quinto (2018) utiliza uma abordagem hermenêutica e qualitativa para investigar, por meio de estudo de caso, a atuação da RIIDE e sua contribuição para o desenvolvimento do Direito Educativo em níveis nacional e internacional, evidenciando as contradições entre as normativas legais e a realidade educacional. Já em sua tese de 2023, a autora analisa como redes de pesquisa e colaboração no contexto da pós-graduação *stricto sensu* contribuem para a formação e circulação de capitais intelectuais, destacando a importância da inteligência coletiva e da cooperação acadêmica ibero-americana.



Outros trabalhos, como o de Furtado (2021), investigam a inclusão de estudantes refugiados em uma escola estadual de Cuiabá/MT, avaliando a efetividade das normativas brasileiras a partir da perspectiva de professores e gestores. Bando (2021) analisa, à luz das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Direito, o potencial emancipatório da inserção dos métodos consensuais de solução de conflitos, reforçando a construção de uma cultura de paz. Já Gigoski (2019) investiga a mediação de conflitos escolares como estratégia de promoção do Direito Educativo, apontando a importância do diálogo e da cultura de paz no ambiente escolar.

A dissertação de Soccol (2023) examina a regulamentação do acesso à educação infantil no município de Erechim/RS, com ênfase na garantia de vagas para crianças de 0 a 3 anos como direito fundamental. Ribeiro (2023), por sua vez, discute a importância da educação para a cidadania no Ensino Médio, com foco no preparo dos jovens para o exercício do direito político ao voto, destacando lacunas na formação cívica nas escolas. Já Fontaniva (2023) analisa o papel do orientador educacional como promotor do direito educativo, destacando sua atuação na mediação escolar, no suporte emocional e na construção de um ambiente democrático e inclusivo.

Esses trabalhos evidenciam um foco recorrente na garantia do direito de acesso à educação. No entanto, observa-se uma carência de aprofundamento em relação às condições de permanência, às práticas pedagógicas e ao desenvolvimento integral dos estudantes no contexto escolar. Tal constatação reforça a necessidade de ampliar o debate e a pesquisa para além do ingresso na escola, investigando como se dá a efetivação plena do Direito Educativo no cotidiano das instituições públicas, sobretudo nas escolas de tempo integral, alinhando-se, assim, ao objetivo central deste artigo.

No que se refere ao descritor “Igualdade e Equidade”, a busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com recorte temporal de 2014 a 2024, resultou em apenas uma produção acadêmica.



Quadro 2. Produção acadêmica com o descritor “Igualdade e Equidade” (2014–2024)

Autor/Ano	Título	Tipo/Nível
Pazetto, Alexandre Zawaki (2023)	Inovação social por meio de práticas de igualdade e equidade em duas organizações da sociedade civil: benefícios mútuos na relação humano-animal	Tese

Fonte: Elaboração da autora com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Consulta em setembro de 2024).

Trata-se da tese de Alexandre Zawaki Pazetto (2023), o objetivo do estudo foi analisar como duas ONGs (Animal Welfare Organization - AWO e Ecopet) podem promover inovação social por meio de práticas baseadas nos princípios de igualdade e equidade, voltadas à relação entre humanos e animais não humanos vulneráveis. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou o método de estudo de caso múltiplo, com análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os resultados evidenciam que, embora voltadas à causa animal, as ações promovidas por essas ONGs apresentam potencial para transformar paradigmas éticos e sociais, contribuindo para uma convivência mais empática e sustentável.

No entanto, observa-se que, apesar da tese abordar diretamente os conceitos de igualdade e equidade, ela não se insere no campo educacional, foco central desta pesquisa. Assim, constata-se uma lacuna significativa na produção acadêmica sobre o tratamento desses princípios no contexto da educação pública, especialmente nas escolas de tempo integral.

Em relação ao descritor “Políticas Públicas Educacionais”, foram identificadas 28 produções entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, as quais apresentam diversidade temática e metodológica. Os estudos analisam políticas voltadas à educação do campo, à formação docente, à inclusão escolar, à educação em tempo integral, à educação à distância, à avaliação educacional, às relações étnico-raciais, entre outros temas emergentes no cenário educacional brasileiro e internacional.



Quadro 3. Produções acadêmicas com o descritor “Políticas Públicas Educacionais” (2014–2024)

Autor(a)/Ano	Título	Tipo/Nível
Branco, Juliana Cordeiro Soares (2014)	A formação de professores à distância no Sistema UAB: análise de duas experiências em Minas Gerais	Tese
Oliveira, Breyner R. (2014)	A implementação dos programas Bolsa Família e Oportunidades a partir da condicionalidade educacional	Tese
Silva, Leo Victorino da (2015)	A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a formação de professores da educação básica	Dissertação
Pinto, Ana Darc Maia (2015)	Políticas públicas e realidades institucionais: experiências da EaD em cursos de graduação presencial do setor privado	Dissertação
Souza, Marli Coscodai (2015)	Políticas e práticas de educação no campo: um estudo a partir da Escola Itinerante Maria Alice Wolff de Souza no município de Lages/SC (1984–2010)	Dissertação
Moura, Reginaldo Lima de (2015)	Políticas públicas de diversificação do ensino superior: análise do curso tecnólogo em hotelaria da Universidade Federal Fluminense	Dissertação
Brito, Mayara Capella Silva Cruz (2016)	O papel do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte na formulação de políticas públicas para a educação infantil	Dissertação
Gaspar, Maria de Lourdes Ribeiro (2017)	O PIBID: as repercussões do programa na perspectiva de seus atores	Tese
Fonseca, Marcela Paquelet (2017)	Organização e clima escolar em uma escola de tempo integral vocacionada para o esporte: o Ginásio Experimental Olímpico no Rio de Janeiro	Dissertação
Silva, Sandra Lara da (2017)	A educação integral segundo a concepção de professores de uma escola pública de ensino fundamental: estudo em Ceilândia/DF	Dissertação
Garrido, Felipe A. Zurita (2017)	Las políticas públicas sobre el trabajo docente en Chile: análisis de la configuración estatal de la docencia durante la dictadura militar (1973–1990)	Tese
Nascimento, Amanda S. B. (2018)	A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: o processo de implementação na rede municipal de Santo André (2008–2018)	Dissertação
Carvalhães, Julia F. A. (2018)	Comissões Próprias de Avaliação de universidades do sudeste brasileiro: o que dizem os documentos e o que ocorre na prática	Dissertação
Figueiredo, Jacqueline S. B. (2018)	A educação em tempo integral no Estado de Minas Gerais: análise da política e seus efeitos	Tese
Cunha, Simoni Silva (2018)	Informática na educação: um olhar sobre o PROINFO na rede pública do município de Magé/RJ	Tese



Gomes, Heyde Ferreira (2019)	O novo Ensino Médio na rede pública estadual de ensino de Minas Gerais: um estudo da implementação do tempo integral e integrado	Dissertação
Rego, Thabyta Lopes (2019)	Relações étnico-raciais na educação infantil na RME/Goiânia: das políticas públicas às concepções docentes	Dissertação
Silva, Flavia Osorio da (2019)	Escolas estaduais de ensino fundamental de tempo integral em Goiás: contradições entre o proposto e o realizado no município de Goiânia	Tese
Leopoldo, Renata Alves (2020)	Avaliação em larga escala e formação de políticas públicas: estudo em uma escola no município de São Bernardo do Campo	Dissertação
Ribeiro, Josely Ferreira (2020)	A escola de tempo integral no município de Juiz de Fora: currículo e valores do programa municipal de ampliação do tempo escolar	Dissertação
Pereira, Ana Carolina O. N. (2021)	'Escola sem partido' e a permeabilidade do direito burguês ao autoritarismo: análise das ADIs n. 5.537, 5.580 e 6.038 no STF	Dissertação
Duarte, André Ricardo B. (2021)	Métricas educacionais e as dimensões técnicas e sociopolíticas de instrumentos de políticas públicas	Tese
Hernandes, Camila Martins (2021)	Transtorno do Espectro Autista: práticas com ênfase nas políticas públicas educacionais inclusivas	Dissertação
Rodrigues, Barbara L. L. (2022)	Documentos curriculares para educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis (1996–2020): materialidades, currículos e representações	Dissertação
Silva, Benilda Miranda Veloso da (2023)	Educação à distância como política pública para a formação docente no estado do Pará (2009–2019)	Tese
Migliorini, Guilherme (2023)	Políticas públicas educacionais para o ensino profissional de nível médio durante os regimes militares no Brasil e no Chile	Dissertação
Dju, Valeriano (2023)	Políticas públicas educacionais para a efetivação do direito à educação obrigatória na Guiné-Bissau: desafios e perspectivas (1990–2020)	Dissertação
Abreu, Dalmario H. M. (2023)	Políticas públicas educacionais e implicações do sistema de avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaee) para a formação do professor de matemática	Tese

Fonte: Elaboração da autora com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES
(Consulta em setembro de 2024)

Dentre as produções, destacam-se aquelas voltadas à educação em tempo integral, como as teses e dissertações de Figueiredo (2018), Silva (2019), Gomes (2019), Osorio da Silva (2019) e Ribeiro (2020), que analisam os desafios e contradições entre o discurso e a prática dessas políticas em diferentes



estados e municípios. Os achados apontam que a ampliação da jornada escolar, por si só, não garante uma educação transformadora, sendo necessário revisar os currículos, investir na formação docente e na infraestrutura escolar.

Também são notáveis as pesquisas que investigam a formação docente, como Branco (2014), Silva (2015), Gaspar (2017) e Silva (2023), que avaliam os impactos das políticas públicas de formação inicial e continuada, tanto na modalidade presencial quanto na educação à distância. Ainda, os estudos de Nascimento (2018) e Hernandez (2021) exploram a implementação da política de educação inclusiva, com foco nos alunos com deficiência e nos desafios enfrentados por professores do ensino regular.

Embora a abordagem das políticas públicas educacionais esteja consolidada como campo de interesse nos programas de pós-graduação, a análise qualitativa evidencia que grande parte das investigações ainda se concentra na descrição dos programas, com menor ênfase nos seus efeitos concretos sobre a equidade e a qualidade da educação. São poucos os trabalhos que propõem análises críticas mais profundas sobre os entraves estruturais que impactam a efetividade das políticas. Esses dados indicam a necessidade de pesquisas que integrem teoria, prática e impacto social, especialmente em contextos vulneráveis.

O último descritor analisado foi “Educação de tempo integral”, que resultou em sete produções acadêmicas no período de 2014 a 2024. Trata-se de dissertações e teses que abordam aspectos relevantes da educação em tempo integral, embora com enfoques variados e ainda pouco articulados com as políticas públicas educacionais.



Quadro 4. Produções acadêmicas com o descritor “Educação de tempo integral” (2014–2024)

Autor(a)/Ano	Título	Tipo/Nível
DONDE, Rosmary Terezinha Perin (2014)	Educação em tempo integral e educação integral: realidade e projeto em Curitiba	Dissertação
RIBEIRO, Madison Rocha (2017)	A relação entre currículo e educação integral em tempo integral: um estudo a partir da configuração curricular do Programa Mais Educação	Tese
RIBAS, Elcilene Neves de Araujo (2018)	A política do MEC para o ensino médio em tempo integral e a proposta implantada e implementada pela Secretaria de Estado da Educação em Rondônia: aproximações e distanciamentos	Dissertação
SANTOS, Alessandra Rodrigues dos (2014)	O Programa Mais Educação, uma proposta de educação em tempo integral?	Dissertação
AGUIAR, Maria Sousa (2016)	Educação em tempo integral: estudo da trajetória do Programa Mais Educação (PME) nas escolas estaduais de Santarém/PA no período de 2009 a 2015	Dissertação
OLIVEIRA, Alana Paula de (2019)	Educação Integral X Escolas em Tempo Integral: explorando os espaços para a educação em valores	Tese
SILVA, Isac Rocha da (2017)	Educação integral e educação de tempo integral: aproximações e distanciamentos na operacionalização do Programa Mais Educação nas escolas polos municipais rurais de Monte Negro/RO	Dissertação

Fonte: Elaboração da autora com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Consulta em julho de 2025).

Entre as dissertações, destaca-se o trabalho de Donde (2014), que analisa a realidade e o projeto de educação em tempo integral na cidade de Curitiba, buscando compreender as práticas concretas em contraponto ao ideal pedagógico. Já Santos (2014) problematiza o Programa Mais Educação, questionando se ele pode ser efetivamente considerado uma proposta de educação em tempo integral, contribuindo para o debate sobre a implementação de políticas federais.

Ribeiro (2017) investiga a relação entre currículo e educação integral em tempo integral a partir da configuração curricular do Programa Mais Educação, oferecendo uma análise aprofundada das implicações curriculares deste programa no contexto escolar. Oliveira (2019), por sua vez, explora os espaços escolares para a educação em valores, comparando conceitos de educação integral e escolas em tempo integral, destacando as tensões e possibilidades presentes nessa interface.



Os estudos de Ribas (2018) e Silva (2017) abordam a operacionalização das políticas públicas voltadas para o ensino médio em tempo integral e o Programa Mais Educação, respectivamente. Ribas (2018) examina as aproximações e distanciamentos entre as diretrizes do MEC e a proposta implantada pela Secretaria de Educação de Rondônia, enquanto Silva (2017) analisa as práticas nas escolas polos municipais rurais de Monte Negro/RO, apontando desafios na operacionalização do programa.

Por fim, Aguiar (2016) traça um estudo da trajetória do Programa Mais Educação nas escolas estaduais de Santarém/PA entre 2009 e 2015, enfatizando as transformações e permanências nas práticas escolares relacionadas à educação em tempo integral.

Esses trabalhos, predominantemente qualitativos, utilizam métodos como estudos de caso, análise documental, entrevistas e revisão bibliográfica, reafirmando o caráter exploratório e interpretativo das pesquisas educacionais, conforme Bogdan e Biklen (1994). Em alguns casos, complementam com dados quantitativos para avaliar a eficácia de programas e a distribuição de recursos.

Embora a diversidade de temas e abordagens seja evidente, observa-se a fragilidade na articulação entre práticas pedagógicas, currículo e políticas públicas de educação em tempo integral. Conclui-se, assim, que o campo da educação em tempo integral oferece um terreno fértil para investigações futuras, que demandam maior aprofundamento teórico, metodológico e crítico, sobretudo no que se refere à efetivação de uma educação que transcenda o acesso formal e se comprometa com a promoção da justiça social e a integralidade da formação dos estudantes.

A análise geral das produções evidencia o predomínio de abordagens qualitativas, com ênfase em estudos de caso, análise documental, entrevistas semiestruturadas e revisão bibliográfica. Esses métodos refletem o caráter interpretativo e exploratório que tem marcado as investigações em Educação, conforme já apontado por Bogdan e Biklen (1994), mas agora reafirmado por práticas metodológicas contemporâneas voltadas à compreensão contextualizada dos fenômenos educacionais. Observa-se, ainda, o uso



complementar de instrumentos quantitativos, especialmente em estudos que se propõem a avaliar políticas, programas e indicadores de desempenho, o que demonstra uma tendência crescente à adoção de estratégias metodológicas mistas nas pesquisas da área.

Apesar do volume significativo de trabalhos sobre políticas públicas educacionais, constata-se que a articulação entre os descritores analisados, “Direito Educativo”, “Igualdade e Equidade” e “Educação de Tempo Integral”, permanece incipiente. As produções que tratam do Direito Educativo têm crescido nos últimos anos, mas ainda estão fortemente concentradas no debate sobre o acesso à educação, com pouca incidência sobre aspectos como permanência, qualidade, aprendizagem significativa e justiça curricular.

No que se refere à educação de tempo integral, o tema aparece de forma fragmentada e pouco aprofundada, geralmente vinculado a análises pontuais sobre programas de tempo integral, sem uma discussão mais densa sobre suas dimensões éticas, cognitivas, sociais e afetivas. Já os princípios de igualdade e equidade, apesar de sua centralidade nas normativas educacionais brasileiras, foram quase totalmente negligenciados nas produções analisadas, com apenas uma ocorrência direta no período de uma década — e, ainda assim, fora do campo educacional.

Diante desse cenário, reforça-se a compreensão de que há um campo de investigação promissor, mas ainda carente de aprofundamento teórico, metodológico e crítico, sobretudo no que diz respeito à efetivação de políticas públicas educacionais comprometidas com a justiça social, a equidade e a formação humana integral. Superar a fragmentação temática e avançar na articulação entre os descritores exige uma agenda de pesquisa mais ousada, interdisciplinar e situada, capaz de responder aos desafios estruturais que marcam a realidade educacional brasileira.



4.1 ACHADOS À LUZ DA LITERATURA ESPECIALIZADA

A análise dos dados coletados e sistematizados nesta pesquisa, à luz da literatura especializada, reforça a relevância do Direito Educativo como campo emergente de estudo e prática no Brasil. Como afirmam Téllez e López (2020), a articulação entre Direito e Educação deve buscar uma compreensão ampliada da justiça social, reconhecendo a educação como direito fundamental, mas também como prática social que deve se orientar por princípios de equidade e dignidade humana.

Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) destacam que o Estado do Conhecimento é uma etapa imprescindível para que o pesquisador compreenda o que já foi produzido, evitando a repetição e ampliando os horizontes investigativos. Ao aplicar essa metodologia, este estudo evidenciou lacunas importantes, especialmente no que diz respeito ao tratamento dos princípios de igualdade e equidade nas pesquisas sobre políticas educacionais.

Apesar de a CF/88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) assegurarem o direito à educação e a promoção da igualdade, a literatura analisada revela que essas garantias nem sempre se convertem em práticas efetivas no cotidiano escolar. Os estudos analisados enfatizam a persistência de desigualdades regionais, socioeconômicas e raciais que comprometem a efetivação do direito educativo em sua dimensão plena. Como aponta Silva (2012, p. 79), “a equidade tem se apresentado como princípio de justificação das políticas públicas voltadas para a formação da cidadania”, sendo essencial para corrigir desigualdades históricas.

A Educação de Tempo Integral, outro ponto central deste estudo, é concebida como uma estratégia potencial para a superação das desigualdades educacionais, ao ampliar a jornada escolar e permitir o desenvolvimento mais completo dos estudantes em suas múltiplas dimensões. Autores como Libâneo (2013, p. 34) defendem que a escolarização deve “formar habilidades para elaborar independentemente os conhecimentos”, possibilitando que os alunos se



insiram ativamente nas lutas sociais e compreendam criticamente a realidade que os cerca.

No entanto, as pesquisas analisadas indicam que a Educação de Tempo Integral ainda é pouco contemplada de forma consistente nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas educacionais, sendo frequentemente reduzida à ampliação do tempo na escola, sem articulação efetiva com propostas curriculares transformadoras, com a equidade ou com os direitos dos estudantes.

Nesse contexto, a ausência de uma abordagem integrada entre os quatro descritores investigados (Direito Educativo, Igualdade e Equidade, Políticas Públicas Educacionais e Educação de Tempo Integral) revela a fragmentação da produção acadêmica sobre o tema. Como consequência, políticas educacionais muitas vezes permanecem limitadas à lógica da gestão de indicadores, reproduzindo desigualdades estruturais em vez de enfrentá-las.

O estudo, portanto, reforça a urgência de pesquisas que articulem essas dimensões de forma crítica e propositiva, capazes de fundamentar políticas públicas comprometidas com a justiça social, com a democratização do acesso e da permanência, e com a promoção de aprendizagens significativas. Ao integrar tempo, currículo, equidade e direito à educação, a Educação de Tempo Integral pode assumir, de fato, seu papel transformador no contexto das escolas públicas brasileiras.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica disponível no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES que aborda os temas “Direito Educativo”, “Igualdade e Equidade”, “Políticas Públicas Educacionais” e “Educação de Tempo Integral”, no período de 2014 a 2024, com a finalidade de contribuir para o avanço dos debates e reflexões sobre a efetivação de uma educação justa, igualitária e transformadora no contexto das escolas públicas, em especial aquelas organizadas sob o modelo de jornada ampliada.



A análise quantitativa e qualitativa evidenciou uma distribuição desigual entre os descritores investigados. O maior número de produções se concentra no campo das políticas públicas educacionais, demonstrando o interesse consolidado da pós-graduação brasileira pelas ações estatais no campo educacional. Em contraste, os descritores “Igualdade e Equidade” e “Educação de Tempo Integral” apresentaram baixa incidência, evidenciando lacunas importantes na pesquisa educacional contemporânea.

Verificou-se que grande parte dos estudos ainda possui caráter predominantemente descritivo, com foco em diagnósticos de políticas e programas, sendo raras as pesquisas que articulam criticamente o Direito Educativo com práticas pedagógicas concretas, a equidade e a Educação de Tempo Integral. Essa fragmentação temática revela que, apesar dos esforços já empreendidos, ainda é necessário construir uma abordagem teórico-metodológica mais integrada, propositiva e crítica.

A análise do descritor Direito Educativo revelou um crescimento recente no interesse acadêmico, especialmente a partir de 2018, mas ainda com ênfase centrada no acesso à escola, em detrimento de discussões mais amplas sobre permanência, aprendizagem e justiça educacional. No caso da Educação de Tempo Integral, embora seu valor formativo esteja previsto nas diretrizes nacionais e no discurso oficial das políticas públicas, faltam estudos que avaliem de forma crítica sua implementação no cotidiano escolar, bem como sua relação com os princípios da equidade e da qualidade social da educação.

Com relação ao descritor “Igualdade e Equidade”, os resultados se mostraram particularmente preocupantes. A única produção identificada ao longo de uma década não estava vinculada ao campo educacional, o que revela o esvaziamento acadêmico de um princípio constitucional essencial à democratização da educação brasileira. Tal ausência sinaliza a urgência de novas agendas de pesquisa que coloquem a equidade no centro das discussões, não apenas como diretriz normativa, mas como critério para a formulação, análise e avaliação de políticas públicas e práticas escolares.



Dessa forma, os resultados apontam para uma produção científica dispersa e fragmentada, ainda insuficiente para dar conta da complexidade dos desafios educacionais e sociais contemporâneos. Ao mesmo tempo, reforçam o potencial inovador da presente pesquisa, que propõe integrar os quatro descritores em uma abordagem crítica, sistêmica e fundamentada no Direito Educativo como campo emergente de análise e intervenção social.

Recomenda-se, portanto, o desenvolvimento de investigações futuras que explorem de forma articulada as inter-relações entre os descritores analisados, com ênfase na realidade das escolas públicas de tempo integral, abordando questões como: Como o Direito Educativo é compreendido e operacionalizado nas práticas escolares? De que maneira os princípios de igualdade e equidade se manifestam na organização da escola e nas estratégias pedagógicas? As políticas públicas educacionais têm favorecido ou dificultado a efetivação da Educação de Tempo Integral? Quais obstáculos estruturais e institucionais ainda limitam a concretização do direito à educação com qualidade e justiça social?

Por fim, este Estado do Conhecimento aponta caminhos para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa comprometida com a construção de uma educação emancipadora, inclusiva, equitativa e integral, contribuindo não apenas para o avanço do campo acadêmico, mas sobretudo para a transformação da realidade educacional brasileira em direção a uma escola pública efetivamente democrática e socialmente referenciada.



REFERÊNCIAS

ABREU, D.H.M. **Políticas públicas educacionais e implicações do sistema permanente de avaliação da educação básica do Ceará (SPAECE) para a formação do professor de matemática.** 2023. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE. 2023.

AGUIAR, M.S. **Educação em tempo integral:** estudo da trajetória do Programa Mais Educação (PME) nas escolas estaduais de Santarém/PA no período de 2009 a 2015. 2016, 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém/PA, 2016.

ANDRADE, C.F. **Alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista:** desafios da inclusão no município de São Luiz Gonzaga/RS. 2021, 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS, 2021.

BANDO, J.R. **A inserção das formas consensuais de solução de conflitos pelas novas DCN's no curso de graduação em Direito e sua contribuição para autonomia e emancipação da sociedade.** 2021, 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS, 2021.

BARIMARQUER, C.G. **Educação do campo:** desafios e perspectivas para a implantação de uma escola do campo e a possibilidade de efetivação do direito educativo. 2023. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS, 2023.

BASSO, R. **Políticas públicas e o direito à educação profissionalizante no sistema penitenciário do Rio Grande Sul.** 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS, 2021.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994.

BRANCO, J.C.S. **A formação de professores a distância no sistema UAB:** análise de duas experiências em Minas Gerais. 2014. 260f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília/DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.



BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, dez, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRITO, M.C.S.C. **O papel do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte na formulação de políticas públicas para a educação infantil**. 2016. 171f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. 2016.

CARVALHAES, J.F.A. **Comissões Próprias de Avaliação de universidades do sudeste brasileiro: o que dizem os documentos e o que ocorre na prática**. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2018.

CUNHA, S.S. **Informática na educação: um olhar sobre o PROINFO na rede pública do município de Magé/RJ**. 2018. 245f. (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis /RJ, 2018.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processo**. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2012.

DJU, V. **Políticas Públicas Educacionais para a efetivação do direito à educação obrigatória na Guiné-Bissau: desafios e perspectivas (1990-2020)**. 2023. 126f. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR. 2023.

DONDE, R.T.P. **Educação em tempo integral e educação integral: realidade e projeto em Curitiba**. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba/PR, 2014.

DUARTE, A.R.B. **Métricas educacionais e as dimensões técnica e sociopolítica de instrumentos de políticas públicas**. 2021. 243f. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. 2021.

FIGUEIREDO, J.S.B. **A educação em tempo integral no Estado de Minas Gerais: análise da política e seus efeitos**. 2018. 314f. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2018.

FONSECA, M.P. **Organização e clima escolar de uma escola de tempo integral vocacionada para o esporte: O Ginásio Experimental Olímpico no Rio de Janeiro**. 2017. 163f. (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ. 2017.



FONTANIVA, L.S. **Atuação do orientador educacional na escola de educação básica e a vivência do direito educativo:** possibilidades para o sucesso escolar. 2023. 137f. (Mestrado em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS, 2023.

FURTADO, R.F. **O direito à educação e à inclusão de alunos refugiados em uma escola estadual de Cuiabá-MT.** 2021. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS. 2021.

GARRIDO, F.A.Z. **Las políticas públicas sobre el trabajo docente em Chile:** análisis de la configuración estatal de la docencia durante la dictadura militar (1973-1990). 2017. 355f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. 2017.

GASPAR, M.L.R. **O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID):** as repercussões do programa na perspectiva de seus atores. 2017. 353f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. 2017.

GIGOSKI, I.C. **Mediação de conflito escolar:** cultura de paz e possibilidade do direito educativo. 2019, 132f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS, 2019.

GOMES, H.F. **O novo ensino médio na rede pública estadual de ensino de Minas Gerais:** um estudo da implementação do tempo integral e integrado. 2019. 288f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. 2019.

HERNANDES, C.M. **Transtorno do espectro autista: prática com ênfase nas políticas públicas educacionais inclusivas.** 2021. 109f. (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente/SP, 2021.

JESUS, R.G. **O papel das escolas do Legislativo na formação política e educação para cidadania:** um estudo sobre as atividades da Escola do Legislativo de Rondonópolis/MT. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS, 2021.

LEOPOLDO, R.A. **Avaliação em Larga Escala e Formação de Políticas Públicas:** estudo em uma escola no município de São Bernardo do Campo. 2020. 92f. (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo/SP, 2020.

LIBÂNEO, J.C. **Didática.** 2. ed. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2013.



MADUREIRA, A.T.G.M. Análise a partir do regramento português. In: DONIZETTI, E.; GARBIN, R.B.; OLIVEIRA, T. (Coord.). **Diversos enfoques do princípio da igualdade**. Belo Horizonte/MG: Editora Fórum, 2014.

MIGLIORINI, G. **Políticas públicas educacionais para o ensino profissional de nível médio durante os períodos ditatoriais no Brasil (1964-1985) e no Chile (1973-1990)**. 2023. 213f. (Mestrado em Educação) - Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, Camboriú/SC. 2023.

MOROSINI, M.C.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba/PR: Editora CRV, 2021.

MOURA, R.L. **Políticas públicas de diversificação do ensino superior: análise do curso tecnólogo em hotelaria da Universidade Federal Fluminense**. 2015. 106f. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. 2015.

NASCIMENTO, A.S.B. **A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: o processo de implementação na rede municipal de ensino de Santo André (2008-2016)**. 2018. 288f. (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo/SP, 2018.

NEUBAUER, R. Políticas de educação. In: DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M.A. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo/SP: UNESP; FUNDAP, 2015.

OLIVEIRA, A.P. **Educação Integral X Escolas em Tempo Integral: explorando os espaços para a educação em valores**. 2019, 222f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente/SP, 2019.

OLIVEIRA, B.R. **A implementação dos programas Bolsa-família e oportunidades a partir da condicionalidade educacional: uma análise a partir dos agentes públicos de base**. 2014. 339f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2014.

PAZETTO, A.Z. **Inovação social por meio de práticas de igualdade e equidade em duas organizações da sociedade civil: benefícios mútuos na relação humano-animal**. 2023. 296f. (Doutorado em Administração) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão/SC, 2023.

PEREIRA, A.C.O.N. **“Escola sem Partido” e a permeabilidade do direito burguês ao autoritarismo: análise do julgamento das ADI n. 5.537, 5.580 e 6.038 no STF**. 2021. 226f. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2021.



PINTO, A.D.M. **Políticas públicas e realidade institucional: a experiência da EaD em cursos de graduação presencial do setor privado.** 2015. 76f (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis/RJ, 2015.

QUINTO, J.R. **Redes intelectuais: a atuação da RIIDE Brasil e México na promoção do direito educativo.** 2018. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS, 2018.

QUINTO, J.R.. **Redes colaborativas e de pesquisa em direito educativo na pós-graduação *stricto sensu*: formadoras de capitais intelectuais?** 2023. 144f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS, 2023.

RAMÍREZ, A.J.C. Conceptualización del derecho educativo como disciplina de la ciencia jurídica. In: GONZÁLEZ-ALONSO, F.; CASTAÑO-CALLE, R. (Eds.). **Análisis Conceptual y Metodológico del Derecho Educativo.** San José/Costa Rica: Editora ISOLMA, 2020. p. 177-192.

REGO, T.L. **Relações étnico-raciais na educação infantil na RME/Goiânia: das políticas públicas educacionais às concepções e relatos docentes.** 2019. 231f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO. 2019.

RIBAS, E.N.A. **A política do MEC para o ensino médio em tempo integral e a proposta implantada e implementada pela Secretaria de Estado da Educação em Rondônia: aproximações e distanciamentos.** 2018. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2018.

RIBEIRO, A.F.S. **Educação para a cidadania no ensino médio: o preparo dos jovens para o exercício do direito político ao voto.** 2023. 78f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS, 2023

RIBEIRO, J.F. **A escola de tempo integral no município de Juiz de Fora: currículo e valores do programa municipal de ampliação do tempo escolar (2008-2017).** 2020. 355f. (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis/RJ, 2020.

RIBEIRO, M.R. **A relação entre currículo e educação integral em tempo integral: um estudo a partir da configuração curricular do Programa Mais Educação.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2017.

RODRIGUES, B.L.L. **Documentos curriculares para a educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis – (1996–2020): materialidades,**



currículo e representações. 2022. 144f. (Mestrado em Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, Camboriú/SC, 2022.

SANTOS, A.R. **O Programa Mais Educação, uma proposta de educação em tempo integral?** 2014. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2014.

SILVA, B.M.V. **Educação a distância como política pública educacional para a formação de professores e professoras no período de 2009 a 2019, no estado do Pará.** 2023. 220f. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. 2023.

SILVA, F.O. **Escolas estaduais de Ensino Fundamental de tempo integral em Goiás:** contradições entre o proposto e o realizado no município de Goiânia. 2019. 252f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO. 2019

SILVA, I.R. **Educação integral e educação de tempo integral:** aproximações e distanciamentos na operacionalização do Programa Mais Educação nas escolas polos municipais rurais de Monte Negro/RO. 2017, 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2017.

SILVA, L.V. **A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a formação de professores da educação básica.** 2015. 88f. (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba/SP, 2015.

SILVA, S.L. **A educação integra segundo a concepção de professores de uma escola pública de ensino fundamental:** estudo em Ceilândia/DF. 2017. 173f. (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF. 2017.

SILVA, S.R. **Estado, educação e equidade no Brasil:** a formação gerenciada da cidadania. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2012.

SOCOL, R.A. **Vagas na educação infantil de zero a três anos como direito fundamental e a necessidade de regulamentação do seu acesso no município de Erechim/RS.** 2023. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS. 2023.

SOUZA, M.C. **Políticas e práticas de educação no campo:** um estudo a partir da Escola Itinerante Maria Alice Wolff de Souza no município de Lages/SC (1984-2010). 2015. 140f. (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense, Lages/SC, 2015.



CUADERNOS DE

EDUCACIÓN

Y DESARROLLO

Europub European Publications

ISSN: 1989-4155

TÉLLEZ, A.O.G.; LÓPEZ, M.C. Diferencias entre el derecho a la educación y el derecho de la educación. In: GONZÁLEZ-ALONSO, F.; CASTAÑO-CALLE, R. (Eds.). **Análisis Conceptual y Metodológico del Derecho Educativo**. San José/Costa Rica: Editora ISOLMA, 2020. p. 11-44.